

A adesão à democracia em xeque: as múltiplas defesas de regimes democráticos¹

Valéria Cabreira Cabrera

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop)

Mariana Falcão Chaise

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop)

1 Introdução

Quando analisamos os dados do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) para a América Latina, salta aos olhos uma tendência preocupante, que abarca o caso brasileiro: a queda constante, a partir de 2016, no índice de entrevistadas e entrevistados que concordam com a afirmação: “a democracia é melhor que qualquer outra forma de governo”. À primeira vista, esse fenômeno poderia indicar tanto um enfraquecimento do apoio democrático quanto um aumento do desencanto com seu desempenho institucional ou, ainda, uma maior propensão a aceitar saídas autoritárias às crises político-sociais na região. No caso brasileiro, tal inflexão coincide com a tumultuada conjuntura do *impeachment* de Dilma Rousseff e a posterior eleição de um presidente francamente à direita, cuja retórica autoritária parece reforçar a curva de queda no apoio ao regime democrático.

No caso de aceitarmos conclusões desta natureza, medir o apoio à democracia abrangeria a legitimidade do regime, a confiança da população em suas instituições e seu nível de satisfação com o funcionamento do sistema político, de modo amplo. Perguntas como as do LAPOP, no entanto, situam-se em uma camada demasiado superficial de uma questão imódica, pois deixam de captar um passo anterior essencial para a compreensão do fenômeno de apoio ou rejeição à democracia: as distintas formas pelas quais respondentes compreendem o sentido e o valor da democracia. A própria Ciência Política costuma conceber a democracia como um “regime político”, com ênfase em um modelo minimalista liberal, ainda que a Teoria Política seja permeada de visões distintas e, não raro, conflitantes sobre seu conteúdo.

Nesta pesquisa, estamos interessadas em mapear diferentes contextos de apoio à democracia a partir do reconhecimento da multiplicidade de interpretações que podem ser atribuídas ao conceito. O objetivo é instigar o refinamento das medidas de apoio à democracia por meio da incorporação da diversidade de dimensões normativas e conceituais possivelmente associadas à sua defesa, de modo a oferecer uma análise mais precisa sobre o que de fato significa apoiar um regime de tipo democrático. Para tanto, este artigo adota a proposta de Michael Freedon (1996) de analisar textos em Teoria Política *como se fossem* ideologia.

Cabe antecipar que Freedon descarta a compreensão das ideologias como mistificação ou conjuntos fixos de crenças. Para o autor, ideologias são conjuntos flexíveis de conceitos, que se

¹ Este trabalho recebeu financiamento da Fapesp sob o processo número: 2023/15098-8.

organizam de uma maneira específica para formar significados políticos e, assim, competir pela linguagem da política. Para o teórico britânico, as ideologias podem ser compreendidas por meio da identificação de “famílias de conceitos” que se conectam em padrões discerníveis. Ao aplicar essa abordagem ao conceito específico de democracia, buscamos mapear os diferentes sentidos que o termo assume em tradições liberais, conservadoras e revolucionárias. Com isso, pretendemos revelar não apenas as variações conceituais, mas também a maneira como tais variações refletem disputas normativas. Imersas na disputa pela linguagem da política, as ideologias procuram moldar a opinião pública, promovendo a superioridade de sua visão de mundo.

A fim de ilustrar como distintos contextos ideológicos estruturam diferentes concepções de democracia, optamos por analisar textos de pensadoras e pensadores modernos e contemporâneos que consideramos paradigmáticos em cada vertente utilizada por Michael Freeden em seus estudos sobre as principais ideologias políticas. No caso do liberalismo, Isaiah Berlin – embora não represente toda a complexidade do pensamento liberal – permite-nos evidenciar a tensão entre liberdade individual e autogoverno; poderíamos ter incluído autores como Friedrich Hayek ou Robert Nozick, mas Berlin oferece uma síntese particularmente instigante das ambiguidades liberais em relação à democracia. No conservadorismo, as escolhas de Michael Oakeshott, Roger Scruton e Irving Kristol buscam mapear diferentes gradações do ceticismo conservador quanto ao poder transformador das instituições democráticas, ao passo que, na vertente radical, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe tipificam o pós-marxismo, que enfatiza a democracia em uma dinâmica de antagonismos e emancipação. Evidentemente, esses nomes não esgotam as tradições a que pertencem, mas procuramos delimitar o escopo temporal (focando em teorias modernas/contemporâneas) e escolher figuras cujas obras sejam reconhecidamente relevantes para o debate sobre democracia, permitindo, assim, uma comparação que revele diferentes “famílias de conceitos” de acordo com o arcabouço de Freeden. A partir dessa análise, criamos uma “árvore morfológica” dos conceitos associados à defesa da democracia em cada uma dessas tradições, identificando suas sobreposições e suas divergências.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção, reconstruímos o modo como as mensurações de apoio à democracia foram incorporadas à prática da Ciência Política, apontando as raízes teóricas e normativas de perguntas tradicionais, como as do LAPOP e outros institutos de pesquisa. Em seguida, esboçamos a metodologia e a proposta de Michael Freeden, detalhando como sua abordagem morfológica nos permite mapear conceitos em diferentes contextos intelectuais e ideológicos. Na terceira seção, discutimos as principais tradições ideológicas e suas defesas da democracia, com foco em autoras e autores representativos de cada corrente. A quarta seção é dedicada a uma discussão crítica sobre as limitações das pesquisas do tipo *survey* na mensuração do apoio à democracia, incluindo seus efeitos de desejabilidade social e outras fragilidades. Por fim, nas considerações finais, analisamos as implicações de nossos achados, sugerindo como poderiam subsidiar futuras propostas de mensuração que considerem a pluralidade de interpretações existentes.

2 A mensuração do apoio à democracia: raízes na Ciência Política

Originado da obra de David Easton (1953), o conceito de apoio à democracia tem hoje amplamente reconhecida sua relevância para a compreensão da relação do público com o sistema político (Linz; Stepan, 1996; Norris, 1999; Pharr; Putnam, 2000). A investigação empírica desse fenômeno tem sido frequentemente realizada por meio de perguntas explícitas – aquelas que mencionam diretamente o termo “democracia” – em pesquisas de opinião pública. Essas perguntas geralmente comparam a democracia a alternativas autoritárias e buscam aferir a intensidade do apoio incondicional ao regime.

Com a terceira onda de democratização, esse tipo de mensuração se disseminou, sobretudo a partir da inclusão da afirmação “a democracia é sempre preferível a qualquer forma de governo” em *surveys* realizados no sul da Europa (Morlino; Montero, 1985). Posteriormente, versões adaptadas dessa questão foram amplamente utilizadas em estudos regionais e internacionais, como Latinobarômetro, Lapop, *World Values Survey* e *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES), viabilizando sua comparação em nível internacional.

O estudo empírico da democracia e, principalmente, da relação do público com o regime, tem raízes no mesmo processo de institucionalização da Ciência Política como disciplina científica. Esse processo, ocorrido entre o final do século XIX e meados do século XX, esteve fortemente associado ao uso de métodos empíricos e à adoção de uma metodologia inspirada nas ciências naturais, visando maior objetividade nas análises (Bobbio, 1998; Duverger, 1981; Feres, 2000). Em contraposição à Teoria Política, de caráter abertamente normativo, a Ciência Política procurou ancorar-se em evidências empíricas, com pretensa neutralidade.

Nesse contexto, o poder – objeto por excelência da disciplina – foi considerado abstrato demais para operacionalização empírica, o que favoreceu a centralidade de temas mais observáveis, como o sistema político. Introduzido por David Easton (1953), esse conceito passou a estruturar análises sobre estabilidade dos regimes; sem enfatizar especificamente a democracia, o autor tratava da legitimidade como condição de estabilidade, concebendo o apoio do público como uma de suas expressões. Em seus desdobramentos teóricos, Easton (1965) classificou o apoio político em duas categorias: apoio difuso, relacionado à adesão aos valores e normas do regime, e apoio específico, voltado às instituições e autoridades. Essa classificação tornou-se referência duradoura, mesmo diante das dificuldades de mensurar o apoio difuso.

Nesse cenário, a concepção de “ação política” desenvolvida por Gabriel Almond (1956) foi incorporada aos estudos sobre o tema, promovendo o deslocamento do eixo analítico das instituições para o comportamento político dos indivíduos. O estudo do comportamento político favorecia o projeto de conferir maior cientificidade à disciplina, ao se apoiar em dados quantificáveis obtidos por meio de pesquisas *survey*. Anos mais tarde, Almond publicaria com Sidney Verba a obra que consolidou a associação entre a estabilidade democrática e a existência de uma cultura política compatível com o regime: “*The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*” (1963). Essa inflexão metodológica contribuiu para o fortalecimento da área, mas também implicou a marginalização de abordagens teóricas ou críticas.

Ao mesmo tempo em que o sistema político e o comportamento político se estabeleciam como objetos centrais da análise empírica, ganhava força a concepção minimalista de democracia proposta

por Joseph Schumpeter (1961), considerada por seus críticos como excessivamente limitada por desconsiderar aspectos como participação e igualdade (Feres, 2000; Vita, 2017). Essa concepção passou a orientar grande parte dos estudos sobre sistemas políticos, ainda que não contemplasse adequadamente os desafios impostos por contextos marcados por desigualdades estruturais (Bianchi, 2011).

Portanto, a difusão de uma concepção restrita de democracia acompanhou o esforço por conferir maior cientificidade à Ciência Política, afastando-a das abordagens normativas e reforçando a padronização e a objetividade metodológica. Esse movimento implicou, muitas vezes, a aceitação tácita de noções normativas como se fossem neutras, especialmente no caso da democracia. A concepção liberal e procedimental do regime, então em voga, foi progressivamente tratada como uma referência autoevidente, obscurecendo sua historicidade e as disputas políticas que a constituem. Ao mesmo tempo, tais concepções foram frequentemente transpostas de contextos europeus e estadunidenses para realidades distintas sem as devidas adaptações, sob a justificativa de que a aplicação padronizada de métricas asseguraria comparabilidade internacional. Embora essa comparabilidade represente um avanço importante para a pesquisa empírica, na prática, ela também ofuscou formas específicas de compreender e vivenciar a democracia.

Como argumenta Ballestrin (2018), a separação liberal entre política e economia – atualizada e intensificada pelo neoliberalismo – contribuiu para afastar a Ciência Política de paradigmas críticos, sob o pretexto de garantir objetividade, consolidando noções normativas como se fossem neutras. Essa dinâmica segue influenciando os rumos da disciplina e exige das pesquisadoras e dos pesquisadores um esforço crítico para questioná-la e discutir suas consequências para a análise empírica. Biroli (2017) reforça que toda produção científica envolve escolhas valorativas, evidenciando a importância de problematizar a naturalização dos conceitos.

Isso significa que, mesmo em abordagens empíricas, há sempre uma dimensão normativa implícita que orienta as interpretações dos resultados. No caso de um termo como “democracia”, carregado de significados históricos, políticos e culturais, essa questão se intensifica. Além da heterogeneidade teórica que o conceito comporta, sua aplicação em pesquisas de opinião pública introduz um alto grau de subjetividade, uma vez que envolve indivíduos com repertórios, experiências e expectativas diversas em relação ao regime democrático. Soma-se a isso o fato de que as próprias pesquisadoras e pesquisadores, ainda que pautados por critérios metodológicos rigorosos, não deixam de interpretar as respostas a partir de suas referências normativas e conceituais. Assim, o termo “democracia”, ao ser mobilizado em contextos empíricos, carrega consigo disputas de sentido que nem sempre são reconhecidas pelos instrumentos de mensuração.

Grande parte dessa ambiguidade decorre da multiplicidade de significados que diferentes segmentos atribuem ao conceito: a profusão de interpretações possíveis é de tal ordem que, ao se buscar abarcar todas elas, incorre-se no risco de diluir seu conteúdo, esvaziando seu sentido e comprometendo sua eficácia como categoria analítica. A crítica de Brown (2010) aprofunda esse diagnóstico ao afirmar que a democracia, na contemporaneidade, funciona como um “significante vazio”, um termo cuja popularidade global está diretamente relacionada à sua abertura semântica e à desvinculação de conteúdos substantivos. Tornada marca política, a democracia é invocada por diferentes atores e regimes, muitas vezes em oposição direta a seus sentidos históricos.

A amplitude e a indeterminação conceitual que atualmente caracterizam o termo “democracia” não apenas comprometem sua mensuração empírica, como também favorecem sua apropriação estratégica por projetos políticos de caráter autoritário. À medida que a democracia se consolida como um valor normativo amplamente aceito, porém imprecisamente definido, abre-se margem para que distintos atores – inclusive aqueles contrários aos princípios democráticos – reivindicuem a legitimidade de suas agendas em seu nome. O contexto político atual oferece exemplos de lideranças com agendas autoritárias e iliberais que, legitimadas pelo voto, promovem o enfraquecimento institucional e a supressão de direitos sob a retórica de defesa democrática.

Estudos recentes, como os de Svolik (2019) e Graham e Svolik (2020), têm demonstrado que o apoio declarado à democracia muitas vezes encobre disposições autoritárias latentes. Embora a maioria das cidadãs e cidadãos, tanto em democracias consolidadas quanto em regimes mais recentes, declare preferir viver sob um sistema democrático, essa adesão pode se dissolver rapidamente diante de incentivos materiais, como promessas de crescimento econômico ou de combate à corrupção. Para os autores, a polarização política é um dos principais fatores que contribuem para esse fenômeno. Esses achados, contudo, também permitem levantar questionamentos mais amplos sobre a natureza e os limites das mensurações do apoio à democracia. É possível que o apoio declarado não corresponda, necessariamente, a um compromisso efetivo com os valores democráticos, mas sim a uma adesão superficial, frequentemente condicionada a benefícios específicos ou embasada em compreensões parciais, equivocadas ou, ao menos, divergentes daquelas assumidas pelas abordagens analíticas frequentes.

Por razões relacionadas, as medidas explícitas de apoio à democracia têm sido alvo de críticas, inclusive dentro da própria tradição dominante da Ciência Política. Dalton, Jou e Shin (2007), por exemplo, apontam que essas medidas falham ao não capturar a diversidade de interpretações subjetivas sobre o conceito de democracia produzidas por diferentes experiências individuais. Além disso, Dalton (1994) e Schedler e Sarsfield (2007) destacam que a presença do termo “democracia” leva as entrevistadas e os entrevistados a ajustarem suas respostas para refletir o apoio a um valor socialmente aceito, mesmo quando, na prática, não tenham um verdadeiro compromisso com princípios democráticos. Esse ponto de crítica, que une tanto reflexões elaboradas por cientistas e teóricos políticos, faz parte do nosso argumento e será explorado de forma mais detalhada na seção seguinte.

Diante das limitações das mensurações convencionais, parte da literatura tem proposto alternativas metodológicas (p. e. Gibson, Duch; Tedin, 1992; Booth; Seligson, 2009; Claassen et al., 2024). Algumas abordagens optam por evitar o uso explícito do termo “democracia”, priorizando instrumentos implícitos baseados em valores democráticos, enquanto outras combinam indicadores explícitos e implícitos. O principal desafio dessas propostas reside justamente na ampla subjetividade que atravessa a opinião pública, o que levanta duas questões centrais: (i) como organizar essa subjetividade em modelos aplicáveis a pesquisas em larga escala e (ii) qual horizonte normativo adotar sem restringir a pluralidade de interpretações sobre o conceito. Enfrentar esse desafio implica reconhecer que a neutralidade pretendida pelas mensurações é, em si, uma escolha valorativa, e que a compreensão da democracia exige atenção tanto à diversidade de sentidos atribuídos ao termo quanto às disputas políticas que os atravessam.

3 Teoria Política *como* ideologia: a proposta de Michael Freeden

Em contraste com a pretensão de neutralidade característica das chamadas “ciências duras”, as Ciências Sociais têm de lidar com conceitos frequentemente vagos e, sobretudo, contestados (Della Porta; Keating, 2008). Quaisquer ambiguidades em seus usos decorrem, em parte, das dificuldades de se capturar fenômenos sociais complexos que se encontram em constante transformação; e, em parte, do fato de a maioria dos conceitos com os quais trabalhamos não serem meramente descritivos, uma vez que envolvem dimensões normativas as quais acarretam, entre outras possibilidades, juízos sobre o que é considerado desejável ou legítimo em uma dada sociedade, em um determinado período (Brinkmann, 2019).

Nesse sentido, pesquisas de opinião pública que revelam um aparente apoio majoritário à democracia podem estar captando tão somente um ajuste discursivo ou uma estratégia retórica, mediante a qual os indivíduos adequam seus discursos à cultura política predominante, em termos skinnerianos. Em outras palavras, isso pode corresponder a um “viés de desejabilidade social” embutido nas respostas (cf. Renzetti; Lee, 1993). O que essas pesquisas deixam de captar, entretanto, é a diversidade possível de interpretações acerca do significado de “democracia”, ocasionando leituras equivocadas de seus resultados e, com frequência, simplificando em demasia as narrativas políticas disponíveis.

Dizer que um conceito é “contestado” significa que diferentes atores ou correntes de pensamento o empregam de formas distintas, refletindo divergências em sua aplicação prática ou em sua interpretação teórica. O desafio torna-se ainda maior quando um conceito é classificado como “essencialmente contestado”, conforme a definição seminal de W.B. Gallie (1956). Tais conceitos se caracterizam por grande valência normativa – ou seja, há um consenso amplo sobre sua relevância e aceitabilidade, embora não haja acordo quanto ao seu significado substantivo. Em outras palavras, embora todos pareçam concordar que noções como “justiça”, “liberdade” ou “democracia” sejam valores *a priori* desejáveis, as diferentes maneiras de compreendê-los e de efetivá-los refletem divisões ideológicas, culturais e morais que não podem ser resolvidas por meio da simples deliberação, da lógica ou mesmo do acúmulo de evidências empíricas (Connolly, 1993).

No caso da “democracia”, considerando que as abordagens concorrentes estão enraizadas em diferentes tradições teóricas e políticas, é pouco provável que se alcance um consenso substantivo sobre seu significado. Se a própria comunidade epistêmica, apesar de sua familiaridade com o debate especializado, não logra esse consenso, seria ainda menos provável encontrá-lo entre o público em geral. Nesta perspectiva, sugerimos que a variedade de perspectivas advindas da leitura de teorias políticas como ideologias pode apontar caminhos para identificarmos a mesma diversidade no seio da cidadania.

Um dos autores a propor que o pensamento político seja estudado sob a ótica da ideologia é Michael Freeden (2006). Freeden nos alerta desde o início que não há lugar para o estudo do “gênio descontextualizado” e de suas “grandes obras” em um modelo alheio ao tempo histórico, pois o próprio ato de pensar politicamente está sempre condicionado pelas circunstâncias e demandas específicas de cada época. Teóricos políticos de diferentes tradições concordam que são os problemas concretos de

suas sociedades que definem a agenda da Teoria Política (Ostrensky, 2024). No entanto, a identificação desses problemas e os valores ou princípios que os orientam não são dados *a priori*: ou seja, os fatos políticos nunca falam por si sós (Freeden, 2003, 2013). Desse modo, a ideologia, enquanto sistema estruturado de crenças, desempenha o importante papel de orientar a percepção. Consequentemente, para o teórico britânico, a ideologia torna-se uma dimensão inescapável, seja no texto, seja no discurso, sendo seu estudo, portanto, o próprio estudo da natureza do pensamento político (Freeden, 2006).

Freeden também argumenta que esse sistema de crenças se organiza por meio de conceitos mutuamente definidos, organizados em padrões particulares. Tais padrões podem ser mapeados empiricamente para compreender a lógica interna de um argumento ideológico. Para ilustrar, “justiça” terá um sentido muito distinto se colocado ao lado de “equidade”, como no Socialismo, ou de “propriedade”, como no Liberalismo (Freeden, 2003). Ainda segundo esse exemplo, as ideologias competem pelo controle da linguagem política e, consequentemente, pela “descontestação” dos conceitos de acordo com seus próprios padrões, naturalizando-os na linguagem corrente. Nesse processo, o contexto histórico-cultural que fomenta o pensamento ideológico atua como um “constrangimento cultural”, levando as ideologias a se adaptar continuamente, de modo a avançar suas posições em detrimento de concorrentes (Freeden, 1996 2003, 2013). Longe de serem arranjos atemporais ou universais, portanto, as ideologias se moldam às tensões de seu tempo, mesmo quando recorrem à linguagem do universalismo.

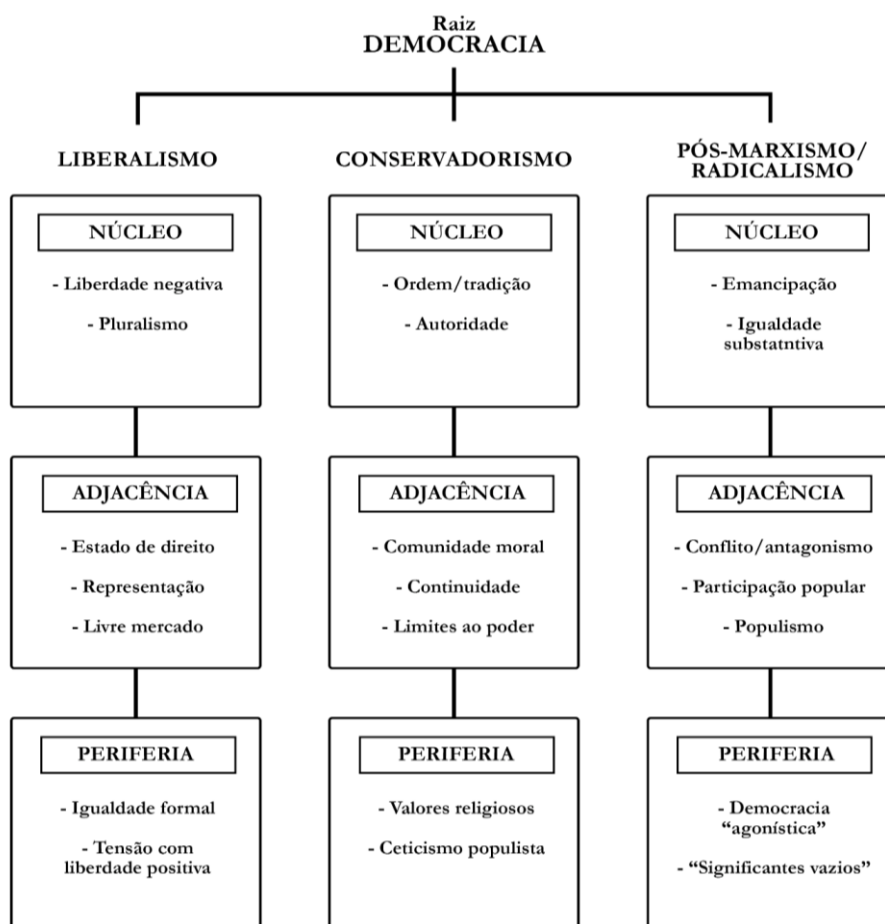
A noção de conceitos essencialmente contestados, introduzida por W.B. Gallie (1956), enriquece a compreensão do processo de “descontestação” descrito por Freeden, pois são exatamente esses conceitos que servem como pontos de ancoragem para a contínua disputa ideológica, funcionando simultaneamente como arenas de contestação e ferramentas de legitimação política. O êxito de uma ideologia, portanto, poderia ser avaliado pela sua capacidade de estabilizar, mesmo que de forma provisória, a definição de seus conceitos-chave.

A democracia surge como um exemplo de ideia tão amplamente aceita na contemporaneidade que algumas autoras e autores chegam a considerá-la um “valor universal” (Sen, 1999), enquanto outros veem nela o suposto “fim da história” – isto é, a conclusão das grandes disputas ideológicas (Fukuyama, 2006). O apoio majoritário ao regime democrático, mesmo que em declínio (conforme captado em pesquisas de opinião), reforçaria essa percepção. Entretanto, Freeden (2003, 2006) mostra que, embora diferentes posições ideológicas possam recorrer a um mesmo conceito, não necessariamente o fazem a partir de princípios, valores ou objetivos idênticos. Esse aparente consenso em torno da defesa democrática pode, portanto, ocultar uma pluralidade de significados.

No modelo morfológico de ideologias proposto por Freeden, os conceitos de uma dada corrente de pensamento distribuem-se em vários níveis de importância. O núcleo concentra os elementos centrais e indispensáveis a essa ideologia; se fossem removidos ou modificados, ela deixaria de ser reconhecida como tal. Em torno desse núcleo, estão os conceitos adjacentes, intimamente ligados à ideia central e úteis para defini-la, mas passíveis de variação sem que a identidade fundamental da ideologia se perca. Na periferia, por sua vez, encontram-se os conceitos mais contingentes ou contextuais, que podem mudar ao longo do tempo sem abalar o cerne da visão de mundo que a ideologia sustenta. Essa hierarquização ajuda a perceber como certas noções podem ter diferentes

graus de prioridade em cada família ideológica, orientando a forma pela qual cada vertente interpreta o termo “democracia” e disputa seus significados na arena política.

Figura 1 - Árvore morfológica dos sentidos atribuídos à democracia segundo diferentes tradições intelectuais e ideológicas



Fonte: elaboração própria

Seguindo a abordagem morfológica sugerida por Freedman, examinamos o conceito de “democracia” em textos de Teoria Política que consideramos paradigmáticos de diferentes posições ideológicas. Ao ler cada obra como expressão de uma “família” ideológica, mapeamos os conceitos que orbitam a “democracia” e verificamos como cada vertente prioriza certos valores – como liberdade, ordem ou emancipação – enquanto subordina ou desconsidera outros. Assim, evidenciamos que, embora todas usem o mesmo termo, cada ideologia busca “descontestá-los” de modo particular, moldando o sentido de democracia conforme seus princípios e objetivos. Ainda que tais concepções não se manifestem de forma pura na sociedade, elas funcionam como referenciais que atravessam o debate público, influenciando, de maneira difusa, nossa compreensão sobre o que é (ou deveria ser) a democracia. Na Figura 1, apresentamos graficamente a configuração resultante desse mapeamento analítico, antes de nos aprofundarmos nas ideias das autoras e autores.

4 Teoria Política *como* ideologia: um mapeamento dos sentidos de democracia

Isaiah Berlin é um dos mais célebres representantes da tradição política liberal. Em comparação com John Rawls, contudo, refletiu de maneira mais dedicada sobre as implicações do pensamento iluminista para o liberalismo, destacando a tensão entre o universalismo e o particularismo (Galston, 2009). Embora um defensor da liberdade individual, Berlin argumentava que o liberalismo muitas vezes ignorava o desejo humano de pertencimento ao tratar os particularismos de grupo como uma oposição ao ideal liberal. Nesse sentido, Berlin se posiciona como um crítico do racionalismo – ou do monismo² – e um defensor do pluralismo dos fins humanos (Franco, 2003). Assim, apesar de algum grau de ceticismo, Berlin (1969) reconhecia a importância de instituições como a Igreja e outras entidades tradicionais, que, segundo ele, proporcionariam um sentido de comunidade aos seus membros.

Para Berlin (1969), portanto, a harmonia universal não pode ser alcançada por meio da convergência de valores e conceitos, mas sim da gestão das diferenças. Assim, a coexistência de identidades culturais e nacionais variadas dentro de uma sociedade seria fundamental para uma visão pluralista do liberalismo.

Nesse contexto, Berlin (1969) destacou dois sentidos de liberdade. A liberdade negativa refere-se à existência de uma esfera de ação protegida contra a interferência dos demais, isto é, corresponde à definição do espaço em que um indivíduo ou grupo está livre de coerção. Já a liberdade positiva diz respeito à capacidade de um indivíduo ou grupo de agir de acordo com a própria vontade ou razão. Para o autor, embora comparáveis, a aspiração por dispor de uma esfera livre de constrangimentos e o desejo de autogovernar-se (associado à democracia) não são equivalentes. A distinção entre esses dois objetivos, segundo Berlin (1969), estaria por trás do grande conflito de ideologias que atravessa a história do pensamento político.

Para o autor, as diferentes concepções de liberdade se originam da própria divergência de ideias sobre o que constitui um indivíduo. Se a definição de indivíduo é alterada, a delimitação da liberdade desse indivíduo pode ser manipulada. Assim, a concepção positiva de liberdade, que pressupõe liberdade para agir de determinada maneira, é um disfarce ilusório para a tirania. A liberdade em sentido positivo, em lugar de garantir a não interferência, define um ente controlador da área em que o indivíduo pode agir, isto é, determina a existência de uma autoridade sobre o indivíduo. Já a liberdade negativa deseja limitar a autoridade como um todo e deve ser priorizada (Berlin, 1969).

De acordo com Berlin (1969), a distinção entre os sentidos de liberdade não reflete interpretações sobre um mesmo conceito, mas atitudes irreconciliáveis quanto à finalidade da vida em sociedade. Nesse sentido, a liberdade liberal corresponde ao sentido negativo, enquanto a liberdade defendida por doutrinas antiliberais associa-se ao sentido positivo (Berlin, 1969). Nesse aspecto, a diferença de capacidades (físicas, econômicas etc.) para exercer determinada atividade não resulta em restrição à liberdade individual, na medida em que não há coação ou interferência de terceiro, salvo se essa diferença for oriunda de arranjos humanos projetados para impedir a agência do indivíduo (Galston, 2009).

² A crença de que todos os fins humanos são, em última análise, compatíveis.

Sob essa perspectiva, conforme compreende Berlin (1969), o autogoverno, próprio da democracia, pode privar o cidadão de muitas liberdades que estariam disponíveis em outras formas possíveis de organização social. Assim, não há conexão lógica entre liberdade e democracia, pois saber quem governa produz resposta distinta de saber o quanto de interferência governamental há sobre os indivíduos. A concepção positiva de liberdade não se mostra como *liberdade de*, e sim como *liberdade para* – dentro de uma forma prescrita de vida. Berlin (1969), dessa forma, resgata argumentos de John Stuart Mill para mencionar que a liberdade em seu sentido positivo entra em conflito com a liberdade negativa, uma vez que a soberania dos povos pode contrariar a vontade individual. Além disso, o autor destaca que o autogoverno não é necessariamente liberdade, na medida em que aqueles que governam não são os mesmos indivíduos governados.

A defesa do pluralismo de valores associado à prioridade moral da liberdade negativa foi um dos aspectos mais contestados na obra de Berlin. Em sua defesa, serviu o argumento de que o autor propôs a existência de um terreno mínimo moral comum indissociável do ser humano médio, que viabilizaria sociedades caracterizadas por um equilíbrio razoável, embora frágil e incompleto, de valores básicos. Assim, a ideia de que a liberdade negativa assume primazia moral apenas cumpriria o papel de definir o mínimo moral aceitável em sociedade. Na perspectiva de Berlin, portanto, uma sociedade com um mínimo moral definido não é fatalmente democrática, assim como uma sociedade democrática não é obrigatoriamente razoável no equilíbrio de valores; não por outra razão, acredita o autor, é possível encontrar violação de liberdades individuais em democracias (Riley, 2012).

Nesse contexto, Berlin argumenta que o pluralismo somente é possível por meio do liberalismo, e não necessariamente da democracia. Para o autor, em que pese as liberdades individuais encontrem melhores condições de manutenção na democracia, compreendida como autogoverno, há outros fatores associados à salvaguarda dessas liberdades. Sob essa ótica, sociedades decentes não são obrigadas a oferecer prioridade moral a direitos liberais democráticos, mas sim apenas a um mínimo de direitos básicos à vida humana. A premissa é que, como não há consenso entre seres humanos em diferentes contextos sociais sobre a essencialidade dos direitos democráticos para a sobrevivência, a democracia, mesmo em sentido liberal, não é necessária para a vida razoável em sociedade (Riley, 2012).

Um filósofo contemporâneo a Isaiah Berlin que também se destacou por sua crítica ao racionalismo então corrente, embora de modo sensivelmente distinto (cf. Franco, 2003), foi Michael Oakeshott. Para Oakeshott, o pensamento racionalista representava uma ameaça à ordem espontânea que surge das práticas políticas tradicionais, as quais baseadas no conhecimento prático e nas tradições acumuladas por cada sociedade ao longo de sua história. Ele percebia no pensamento racionalista – tanto em sua versão liberal quanto nas correntes revolucionárias – uma tendência a desconsiderar o valor dessas práticas herdadas, substituindo-as por soluções abstratas ou esquemas idealizados de governança³. É justamente nesse contexto que Oakeshott introduz sua famosa distinção entre a “política da fé” e a “política do ceticismo”. A primeira concepção consideraria o governo um instrumento para o alcance de fins específicos, seja “igualdade”, seja “liberdade”, seja “justiça social”,

³ Ou seja, enquanto Berlin criticava o racionalismo por minar o pluralismo de valores e promover um monismo potencialmente tirânico, Oakeshott via nele o perigo de uma excessiva confiança na técnica e na razão como guias para a política, o que levaria a uma ruptura com o que ele chamava de “conhecimento prático” (Franco, 2003).

ao passo que a segunda – reconhecendo os limites da política – defenderia um papel mais restrito e mais moderado para a ação pública, concentrada na manutenção da ordem e no estabelecimento de sistemas genéricos de direitos e deveres para a proteção das liberdades individuais (Oakeshott, 1996, 1975).

Assim, enquanto Berlin frequentemente interpretava a liberdade individual em oposição à autoridade estatal, Oakeshott, em sua defesa da “política do ceticismo”, propunha uma visão menos antagônica ao Estado. Para ele, a autoridade estatal, quando assentada na manutenção da ordem e na criação de regras que possibilitassem a coexistência pacífica e a continuidade das práticas sociais e políticas tradicionais, sem a imposição de fins coletivos ou de projetos de transformação social, seria – em si – uma condição essencial para a preservação da liberdade. É o próprio autor quem define essa postura como a “disposição conservadora” (Oakeshott, 2000).

A democracia, nesse contexto, “não deve ser entendida como uma maneira ideal de governar [...] [ela] é simplesmente o que surgiu na Europa Ocidental, onde era mais forte o impacto das aspirações à individualidade sobre as instituições medievais de governo” (Oakeshott, 2000, p. 341). De modo semelhante, para Roger Scruton, filósofo conservador britânico fortemente influenciado por Oakeshott⁴, a democracia deveria ser prezada justamente como “o legado da Europa para o mundo” (Scruton, 2015, p. 46).

Nem Oakeshott nem Scruton desenvolvem propriamente uma “teoria democrática”. Ambos possuem – ademais – visões bastante cautelosas e nuançadas sobre o valor da democracia. Scruton, em particular, ressalta que a democracia, quando aplicada territorialmente⁵, auxilia na preservação da cultura e da tradição da sociedade que as valoriza. Ele argumenta que qualquer político que tentasse impor objetivos a essa sociedade sem compreender seus valores agiria “contra a [sua] amizade” (Scruton, 2015, p. 57). A democracia, de tal modo, seria especialmente valiosa para a deposição de maus governantes. Para Oakeshott, a política democrática é uma forma de “associação civil” na qual as decisões são tomadas dentro de um quadro de regras que permitem a resolução pacífica de conflitos, justamente preservando a continuidade das tradições.

Já para um dos expoentes do neoconservadorismo estadunidense, Irving Kristol, a democracia é valiosa na medida em que protege as liberdades individuais e também o livre mercado (Kristol, 1978). Ao contrário de Oakeshott ou Scruton, Kristol não era tão cético quanto à capacidade da política democrática de promover mudanças sociais, desde que essas mudanças fossem feitas dentro de uma estrutura conservadora e moralmente enraizada. Era crítico, porém, do que chamou de “fé democrática”, que contraposta à “filosofia política democrática” apontava na mesma direção que Oakeshott.

A opinião popular poderia – portanto – ser um guia legítimo para as ações do Estado segundo a concepção conservadora, embora também carregasse riscos. Kristol, embora tivesse uma visão mais positiva do regime democrático em comparação aos dois contrapartes britânicos, acreditava que ela precisava ser acompanhada por uma forte defesa dos valores tradicionais, religiosos e morais para evitar a decadência cultural; quando associada a políticas progressistas ou ao Estado de bem-estar

⁴ Ambos compartilham do ceticismo em relação ao racionalismo político e no papel moderado da política, além da ênfase na tradição como fonte de ordem e estabilidade.

⁵ Permeia a análise de Scruton uma importante dimensão de oposição à integração europeia.

social, ademais poderia levar à dependência em relação ao governo e à correspondente erosão das responsabilidades individuais (Kristol, 1995).

Para Scruton, se mal administrada, a democracia poderia degenerar em populismo: afinal, “não deveríamos pensar que seja pequeno o custo de um sistema que faz da ignorância um ídolo e do povo, um profeta” (Scruton, 2015 p. 32). A opinião majoritária deveria, portanto, ser autorizada por uma constituição e por uma estrutura institucional sólida que limitasse seus excessos: como uma monarquia constitucional ou um sistema de direitos consuetudinários (ou *common law*). Em essência, ainda que a democracia possa ser útil para preservar a sociedade, ela deve ser restrita e jamais compreendida como um meio para alcançar quaisquer ideais. Para autores conservadores, portanto, a democracia poderia ter valor enquanto procedimento ou arranjo institucional, mas não como um ideal moral absoluto. A democracia, ademais, não carregaria qualquer valor intrínseco.

Seguindo para o que se compreende como a “tradição revolucionária”, *Hegemonia e estratégia socialista*, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) tornou-se um marco do pensamento pós-marxista ao mobilizar conceitos marxistas sob uma ótica pós-estruturalista, apresentando uma proposta teórica para a luta política socialista sobre a tradição política liberal-democrática. Os autores recuperam a ideia de “revolução democrática” oriunda de Tocqueville, valorizando o efeito subversivo decorrente da pressuposição da igualdade entre diferentes. Assim, argumentam que, no cenário de inexistência de hierarquias naturais, tudo aquilo que é universalizado decorre de certa particularidade tomada como universal, ou seja, é consequência do processo de transformação de uma estrutura parcial em hegemônica. A igualdade, sob essa perspectiva, é um pressuposto da ação política originada da subversão própria da democracia, que convive com a sempre instável tentativa de articular a universalidade e o respeito às diferenças.

A democracia é considerada um princípio de valorização da vontade do *demos*, implicando um “deslocamento estrutural”, isto é, uma ameaça contra a ordem instituída, que ocorre quando uma estrutura política se torna incapaz de processar os diversos pontos de antagonismos surgidos no tecido social. O pressuposto é que toda ordem política é autorreferente e atua para a sua própria manutenção, de forma que problematizar as instituições dominantes se torna vital para sobrepor a vontade do *demos*. A democracia, assim, é um ímpeto perturbador de certa ordem dominante, mas excludente. Nesse aspecto, a instabilidade entre universalidade e diferença produz condições políticas para a emergência de sujeitos democráticos (Laclau, 2005).

Desse modo, instituições liberais não seriam intrínsecas à democracia, embora a concepção de democracia dominante se caracteriza por uma relação contingente entre essas instituições e a soberania popular. Sob essa ótica, a democracia envolve considerar o populismo como uma forma de construção de vontades coletivas ou, em outras palavras, como uma lógica de articulação de demandas sociais. A ideia de indivíduo não faz sentido sob essa perspectiva, que desconsidera unidades menores do que grupos por entender que o funcionamento real da sociedade não coincide em nada com a vontade individual. As identidades individuais são fragmentadas em uma série de posições subjetivas e a articulação dessas posições constitui-se por meio do social (Laclau, 2005).

Assim, o populismo surge sobre uma perspectiva formal ontológica (relativa à constituição do político por meio do antagonismo e do conflito) que parte da razão de ser do fenômeno, desvinculando-o de argumentações ideológicas e temporais. O pressuposto é que demandas levadas aos canais

institucionais e não atendidas têm o potencial de articularem-se com outras demandas, compondo uma cadeia de equivalências sob um significante vazio. Nesse processo, uma das demandas articuladas passa a representar as demais, exercendo em um período precário e contingente uma tarefa hegemônica. Assim constrói-se a subjetividade popular: por meio da produção discursiva de significantes vazios. As ideias de povo, de populismo e de democracia decorrem da produção dessa vacuidade (Laclau, 2005).

O populismo, portanto, depende de que os discursos populares que seguem a lógica da equivalência, ou seja, decorrentes da identificação entre demandas, prevaleçam sobre a lógica da diferença, em que as demandas são institucionalmente canalizadas ou não articuladas. Para Laclau (2005), o momento populista é o momento democrático por excelência, já que a ruptura proposta pelo antagonismo posto entre demandas populares articuladas e o centro de poder cria a possibilidade da democracia em seu sentido subversivo e revolucionário. A valorização da vontade do *demos* e a sua constituição em um sujeito político coletivo é o que torna a democracia radical.

Distanciando-se do argumento disruptivo elaborado em colaboração com Laclau, mais recentemente Mouffe (1993; 2000; 2005; 2015) evitou defender a política revolucionária, reafirmando o seu compromisso com os princípios do pluralismo democrático liberal. A autora recuperou a distinção entre “política” e “político” decorrente do mote epistemológico heideggeriano, já presente em Laclau e Mouffe (1985), para argumentar que a falta de compreensão sobre “o político” está na origem das falhas de interpretação sobre “a política” na teoria democrática⁶. Especificamente debruçando-se sobre a obra de Rawls, Habermas (Mouffe, 2000; 2005), Beck e Giddens (Mouffe, 2015), a autora argumenta que as análises dominantes da política negam a tensão fundamental entre a democracia e o liberalismo ao defender que o modelo de política baseado em identidades coletivas está superado.

Segundo Mouffe (1993, 2000, 2005, 2015), a distinção nós/eles é uma condição da possibilidade de formação de identidades coletivas, que emergem a partir do reconhecimento de uma identidade política antagônica. Assim, a autora sugere transformar o antagonismo, tornando-o menos destrutivo ao ente político instituído. Sob esse argumento, a relação política conflituosa deve converter-se em adversarial, isto é, as partes devem reconhecer a legitimidade do oponente, apesar da impossibilidade de solução do conflito. A essa nova relação Mouffe denomina “agonismo”. Nesse cenário, a autora pretende refletir sobre um liberalismo verdadeiramente político, em que sociedades liberais rompem com a representação simbólica da sociedade enquanto um corpo integrado, aceitando a existência dos conflitos e fornecendo instituições canalizadoras da expressão adversarial.

Em sua crítica, Schmitt (1932 apud Mouffe, 2015) argumenta que a ideia de democracia como soberania popular requer a aceitação do conflito, quando o foco no individualismo próprio do pluralismo liberal, requer consenso para ser praticável. Inspirada nessa percepção, Mouffe (2015) mantém a crítica ao individualismo, mas, para validar a associação entre democracia e pluralismo liberal, busca elaborar um modelo em que o consenso se mantenha conflituoso: a democracia agonística.

A análise das três correntes teóricas evidencia que a democracia não pode ser apreendida de modo unívoco, mas apenas a partir de disputas de sentido que refletem diferentes tradições de

⁶ Para a autora, o político é a dimensão de antagonismo que constitui as sociedades, enquanto a política é o conjunto de práticas e instituições que constituem determinada ordem, organizando o conflito.

pensamento. Assim, se para Berlin a liberdade negativa constitui o critério moral mínimo, sendo a democracia relevante apenas na medida em que contribui para sua salvaguarda, para os conservadores a democracia deve ser reconhecida unicamente na medida em que assegura a ordem e a tradição, enquanto, para a tradição radical, ela se configura como espaço de ruptura e de articulação popular. Tal exercício, ainda que evidentemente restrito, ilustra a diversidade de compreensões reunidas sob um mesmo nome em diferentes abordagens teóricas que, entendidas como ideologias, projetam uma visão de mundo parcial e seletiva da democracia.

5 Limitações das pesquisas *survey* na mensuração do apoio à democracia: críticas e alternativas metodológicas

Conforme discutido na seção anterior, a democracia está longe de ser um conceito unívoco. Trata-se de uma ideia contestada, interpretada de formas distintas conforme as referências ideológicas e experiências sociopolíticas dos indivíduos. Argumentamos que essa ambiguidade repercute diretamente nas formas de mensurar o apoio à democracia. Além disso, discutimos que a pretensão de neutralidade metodológica, frequentemente associada a uma concepção naturalizada de democracia, pode ofuscar a pluralidade de interpretações possíveis sobre o termo, reproduzindo uma visão dominante e desconsiderando disputas políticas e variações contextuais.

No contexto brasileiro, dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) têm revelado que, embora a maioria dos indivíduos declare preferir a democracia ao longo do período democrático recente, muitos não sabem definir o seu significado. Desse modo, o apoio declarado à democracia parece ancorar-se mais em um senso comum amplamente disseminado no país do que em uma reflexão aprofundada sobre o fenômeno. Nesse sentido, o ponto crítico reside na possibilidade de que a saúde da democracia brasileira esteja sendo superestimada com base em um apoio declarado que não corresponde a um compromisso efetivo com os valores democráticos. Por outro lado, declarar não saber o significado da democracia não implica, necessariamente, desconhecimento. Essa resposta pode refletir tanto o caráter abstrato da pergunta quanto a dificuldade de elaborar, de forma imediata e em uma questão aberta, reflexões que não fazem parte da experiência cotidiana das pessoas comuns.

Além disso, em que pese as pesquisas do tipo *survey* sejam ferramentas úteis para captar tendências em larga escala e curto prazo, como durante campanhas eleitorais, tendem a simplificar excessivamente as opiniões das respondentes e dos respondentes. Ao privilegiar perguntas fechadas e estruturas padronizadas, acabam por desconsiderar ambivalências, contradições e nuances presentes nas percepções individuais. Essa simplificação é especialmente problemática em contextos como o brasileiro, onde muitos indivíduos, mesmos sem articular definições formais de democracia, expressam percepções políticas relevantes que escapam às categorias padronizadas dos questionários. O uso de perguntas fechadas, ainda, pode restringir a capacidade de capturar fenômenos emergentes, o que não aconteceria em métodos mais flexíveis, como entrevistas ou grupos focais.

Nesse aspecto, pesquisadoras e pesquisadores partem da suposição de que os conceitos são compreendidos com clareza pelos indivíduos e de que as respostas revelam posições conscientes, o que nem sempre ocorre. Em adição, as pesquisas assumem que as respondentes e os respondentes

possuem posicionamentos definidos sobre temas políticos sobre os quais não refletem com tanta frequência quanto os especialistas. Além disso, a redação das perguntas pode influenciar significativamente as respostas, por meio do chamado “efeito de enquadramento”, em que a forma de apresentação de um tema condiciona as reações.

Essas e outras fragilidades são familiares para quem acompanha o debate acerca das vantagens e limitações das metodologias quantitativas e qualitativas. Ocorre que os questionários visam criar certo distanciamento entre pesquisadores e respondentes, com o objetivo de garantir imparcialidade e neutralidade à pesquisa. Ademais, a tendência à generalização busca tornar os instrumentos replicáveis em outros contextos e momentos. Já a suposição de que os indivíduos compreendem os conceitos propostos com nitidez não parece ser totalmente deliberada, pois as pesquisadoras e os pesquisadores partem do pressuposto de que os indivíduos podem oferecer respostas congruentes ou incongruentes com os valores considerados democráticos. No entanto, ao partirem desse direcionamento, nos colocam em direção de questionar a partir de qual lente é construído o entendimento que legitima uma resposta como democrática ou não democrática.

Conforme mencionado, os principais desafios de novas propostas metodológicas para aferir o apoio à democracia estão em descobrir como organizar a subjetividade presente na opinião pública em modelos aplicáveis a pesquisas em larga escala e em qual marco normativo adotar sem restringir a pluralidade de interpretações sobre o conceito. Esses dois desafios podem ser enfrentados a partir de estratégias complementares. A primeira delas envolve o desenvolvimento de instrumentos baseados em perfis ideológicos organizados em sistemas de crenças. A ideia é considerar que os indivíduos compreendem e se posicionam diante da democracia a partir de estruturas conceituais que não são aleatórias, mas formadas por conjuntos coerentes (ainda que eventualmente contraditórios) de valores e crenças. Inspirando-se em autores como Freedman (2003), pode-se conceber tais sistemas como molduras ideológicas que conferem sentido à experiência política e permitem a construção de modelos aplicáveis a grandes bases de dados sem ignorar a diversidade subjetiva dos respondentes.

A segunda estratégia exige a definição de um direcionamento normativo que reconheça a pluralidade de sentidos legítimos atribuídos à democracia. O horizonte normativo que nos orienta parte do reconhecimento da democracia liberal como modelo dominante nas democracias contemporâneas, sustentado por valores como liberdade, pluralismo, representação e igualdade política. Não se trata, porém, de aceitar esse modelo como completo ou fechado em si mesmo, mas de afirmar seu potencial de abertura para diferentes projetos políticos que promovam inclusão e justiça social.

Assim, princípios fundamentais como a garantia de direitos, a proteção das liberdades e a representação equitativa de diferentes grupos sociais são compreendidos como compatíveis e necessários ao liberalismo político, ainda que possam ser restringidos por interpretações que absolutizam a esfera econômica ou subordinam a política às lógicas de mercado. Ao adotar esse horizonte, buscamos delimitar um campo normativo que reconheça a pluralidade de sentidos legítimos atribuídos à democracia, sem relativizar proposições que atentam contra seus fundamentos. Trata-se, portanto, de uma posição normativa assumida, mas aberta à disputa, que reconhece tanto a historicidade do modelo liberal quanto sua capacidade de ser tensionado por demandas de ampliação democrática.

O que buscamos, por ora, é uma forma criteriosa, mas flexível, de afirmar que há distintas concepções de democracia legítimas – ainda que com diferentes graus de abrangência – sem relativizar elementos que, ao contrariar princípios democráticos fundamentais, ultrapassem os limites do que é compatível com a democracia. A linha de corte, portanto, não está entre concepções mais ou menos exigentes, mas entre aquelas que preservam os princípios de inclusão política – assegurando representação, liberdades e direitos a diferentes grupos sociais – e aquelas que atentam contra esses fundamentos. Portanto, propostas que buscam corroer instituições, suprimir direitos, assegurar práticas e políticas excludentes a certos grupos sociais, silenciar o dissenso ou esvaziar a soberania popular não representam variações legítimas da democracia, pois são, na verdade, sua negação.

Não criticamos aqui o fato de pesquisadoras e pesquisadores operarem com um marco normativo, pelo contrário, reconhecemos que tal orientação é necessária ao desenvolvimento da pesquisa científica. A crítica recai sobre a forma como esse marco, frequentemente baseado na democracia liberal, se apresenta como dado, implícito e naturalizado, obscurecendo disputas políticas legítimas em torno do conceito de democracia. Esse direcionamento, muitas vezes, se apresenta sob a forma de diagnósticos sobre a democracia contemporânea. Quando esse horizonte normativo se manifesta como adesão explícita ao modelo liberal, é entendido como um avanço em relação a concepções minimalistas⁷. Isso, em si, não constitui um problema, desde que reconhecido como uma escolha teórica e política, e não como neutralidade.

No entanto, a crescente confusão entre liberalismo e neoliberalismo tem produzido distorções graves no entendimento público da democracia contemporânea. Ao assumir como natural a separação liberal entre economia e política, abrem-se condições para o avanço de agendas excludentes sob a aparência de defesa da liberdade. Nesse cenário, práticas de retrocesso, que comprometem a inclusão e a soberania popular, podem se apresentar como democráticas, amparadas em uma concepção liberal restritiva, que aceita valores conservadores e autoritários em detrimento de avanços liberalizantes do ponto de vista político.

Nesse contexto, uma estratégia metodológica promissora tem sido a decomposição do conceito de democracia em múltiplas dimensões associadas a diferentes compreensões legítimas de democracia (Mendonça, 2018). Essa abordagem pode ampliar a capacidade analítica das pesquisas ao permitir que diferentes aspectos da democracia sejam avaliados separadamente. No entanto, para que esse recurso seja de fato útil à captação da pluralidade de sentidos atribuídos à democracia, é fundamental que a escolha das dimensões não reforce, unicamente, valores centrais do modelo dominante. Caso contrário, corre-se o risco de apenas sofisticar tecnicamente instrumentos que continuem a operar dentro do mesmo marco teórico. Assim, defendemos que o trabalho com dimensões democráticas deve ser guiado pelo reconhecimento das disputas políticas em torno do conceito de democracia e de suas concepções adjacentes e pelas diferentes experiências sociais que moldam os compromissos normativos dos indivíduos.

Nesse sentido, mensurações alternativas pensadas em resposta às críticas às ferramentas explícitas, embora avancem no refinamento das medições, ainda preservam certa resistência em lidar com a natureza conflitiva do político e com os embates ideológicos que definem os sentidos da democracia. Isso contribui para reforçar, mesmo que de forma não intencional, a concepção dominante

⁷ Por exemplo, o embasamento conceitual à nova mensuração proposta por Claassen et al. (2024) parte dessa perspectiva.

da democracia, o que pode tornar as mensurações mais precisas tecnicamente, mas ainda limitadas quanto à pluralidade política que deveriam captar. Em síntese, responder aos desafios da subjetividade e da normatividade exige uma dupla inflexão: metodológica e conceitual. De um lado, é preciso captar a diversidade de crenças ideológicas por meio de instrumentos sensíveis aos sistemas de valores que moldam a visão dos cidadãos. De outro, é necessário afirmar que há múltiplas interpretações legítimas da democracia, mas também limites normativos claros associados às democracias contemporâneas.

6 Considerações finais

Este artigo abordou as limitações das pesquisas do tipo *survey* na mensuração do apoio à democracia, evidenciando como essas ferramentas, embora úteis, tendem a simplificar de maneira excessiva as opiniões individuais, principalmente no enquadramento de temas de grande valência normativa. Nesse caso, a utilização predominante de questionários com perguntas fechadas ignora as ambivalências e as contradições das percepções das respondentes e dos respondentes, omitindo nuances importantes para a plena compreensão do sentido de suas respostas.

As críticas à generalização dos comportamentos políticos por meio dessas pesquisas têm sido recorrentes e novas metodologias, como abordagens implícitas e híbridas, foram propostas, embora também apresentem limitações importantes. Neste artigo, argumentamos que a diversidade de interpretações sobre o conceito de democracia, enraizadas em diferentes tradições ideológicas, precisa ser levada em consideração para que o apoio à democracia possa ser aferido de maneira mais precisa.

Dessa forma, propomos que novas metodologias de mensuração do apoio à democracia devem ser desenvolvidas, considerando as múltiplas dimensões ideológicas que o termo pode assumir em diferentes contextos sociais e intelectuais. O estudo empírico da democracia situa-se em uma zona de interseção entre a teoria política e a ciência política. Quando essa relação é negligenciada, a ausência de um debate conceitual explícito tende a naturalizar categorias analíticas que, embora tratadas como neutras, carregam conteúdos ideológicos e morais. A centralidade atribuída à mensuração, dissociada de uma reflexão conceitual mais aprofundada, contribui para obscurecer o fato de que toda categoria empírica repousa sobre fundamentos normativos.

Nesse contexto, a proposta de Michael Freeden mostra-se particularmente fecunda ao compreender a teoria política como uma forma de ideologia. Segundo o autor, as ideologias são estruturas de significado que moldam a percepção política dos indivíduos, e conceitos como “democracia” são essencialmente contestados – ou seja, possuem elevado valor normativo, mas carecem de um significado fixo ou universalmente compartilhado. Essa perspectiva permite compreender como distintas tradições ideológicas constroem e disputam sentidos concorrentes do conceito, influenciando tanto o discurso político quanto os referenciais analíticos mobilizados pela pesquisa acadêmica.

Mapeamos, a título ilustrativo, algumas interpretações da democracia oriundas do liberalismo, do conservadorismo e do pós-marxismo, evidenciando divergências conceituais mesmo no interior de uma mesma corrente teórica. Embora essas formulações não sejam necessariamente assumidas de

forma consciente pelos indivíduos, sua diversidade sugere que as opiniões sobre democracia, marcadas por elevado grau de subjetividade, expressam variações ainda mais amplas e heterogêneas.

Tal reflexão impõe à Ciência Política empírica o desafio de aprimorar seus instrumentos conceituais e metodológicos. Traçar perfis ideológicos das participantes e dos participantes das pesquisas pode representar uma estratégia eficaz para sistematizar a subjetividade das opiniões, ao mesmo tempo em que permite esclarecer que diferentes visões de democracia podem sustentar apoios a objetos diversos – e até mesmo antagônicos – aos valores liberais. Assim, desvelar ao que, de fato, as pessoas dizem apoiar envolve ampliar, conceitual e metodologicamente, o que se busca apreender nas pesquisas empíricas sobre democracia.

Referências

- ALMOND, Gabriel. Comparative political systems. *The Journal of Politics*, v. 18, n. 3, p. 391–409, 1956.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XX. *Revista Sul-americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, 2018, 2018.
- BERLIN, Isaiah. Two concepts of liberty. In: BERLIN, Isaiah. *Four essays on liberty*. Oxford: Oxford University Press, 1969. p. 118–172.
- BIANCHI, Álvaro. Political Science contra a democracia: a formação de uma tradição. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, p. 76–105, 2011.
- BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política: empiria e normatividade. *Lua Nova*, n.102, p. 173–210, 2017.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.
- BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A. *The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BRINKMANN, Svend. Normativity in Psychology and the Social Sciences: questions of universality. In: VALSINER, Jean. (ed.). *Social Philosophy of Science for the Social Sciences. Theory and History in the Human and Social Sciences*. Cham: Springer, 2019, p. 189–201.
- BROWN, Wendy. We are all democrats now. *Theory & Event*, v. 13, n. 2, 2010.
- CLAASSEN, Christofer; ACKERMANN, Kathrin; ZECHMEISTER, Elizabeth et al. Conceptualizing and measuring support for democracy: a new approach. *Comparative Political Studies*, v. 58, n. 6, p. 1171–1198, 2024.
- CONNOLLY, William E. *The terms of political discourse*. 3rd ed. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- DALTON, Russell. Communists and democrats: democratic attitudes in the two Germanies. *British Journal of Political Science*. v. 24, n. 4, p. 469–93, 1994.

- DALTON, Russell J.; JOU, Willy; SHIN, Doh Chull. *Citizens, democracy, and markets around the Pacific Rim: congruence theory and political culture*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael. *Approaches and methodologies in the Social Sciences: a pluralist perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- DUVERGER, Maurice. *Ciência Política: teoria e método*. Introdução. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- EASTON, David. *The political system: an inquiry into the state of Political Science*. New York: Knopf, 1953.
- EASTON, David. *A systems analysis of political life*. New York: John Wiley & Sons, 1965.
- FERES Jr., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 97-110, 2000.
- FRANCO, Paul. Oakeshott, Berlin, and Liberalism. *Political Theory*, v. 31, n. 4, p. 484-507, aug. 2003.
- FREEDEN, Michael. *Ideologies and political theory: a conceptual approach*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- FREEDEN, Michael. *Ideology: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- FREEDEN, Michael. Ideology and political theory. *Journal of Political Ideologies*, v.11, n.1, p. 3-22. 2006.
- FREEDEN, Michael. *The political theory of political thinking: the anatomy of a practice*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Free Press, 2006.
- GALLIE, W. B. Essentially contested concepts. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 56, p. 167-198, 1956.
- GALSTON, William. Moral pluralism and liberal democracy: Isaiah Berlin's heterodox liberalism. *The Review of Politics*, v. 71, n. 1, p. 85-90, 2009.
- GIBSON, James L.; DUCH, Raymond; TEDIN, Kent L. *Democratic values and the transformation of russian society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GRAHAM, Matthew; SVOLIK, Milan. Democracy in America? Partisanship, polarization, and the robustness of support for democracy in the United States. *American Political Science Review*, v. 114, n. 2, p. 392-409, 2020.
- KRISTOL, Irving. *Two cheers for capitalism*. New York: Basic Books, 1978.
- KRISTOL, Irving. *Neoconservatism: the autobiography of an idea*. New York: Free Press, 1995.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: toward a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.
- LACLAU, Ernesto. Populism: what's in a name? In: PANIZZA, Francisco (ed.). *Populism and the mirror of democracy*. London: Verso, 2005.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. Toward consolidated democracies. *Journal of Democracy*, v. 7, n. 2, p. 14–33, 1996.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 98, p. 1–23, 2018.

MORLINO, Leonardo; MONTERO, Jose Ramon. Legitimacy and democracy in Southern Europe. In: GUNTHER, Richard; DIAMANDOUROS, P. Nikofores; PUHLE, Hans-Jürgen (org.). *The politics of democratic consolidation: Southern Europe in comparative perspective*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2012, p. 231–260.

MOUFFE, Chantal. *The return of the political*. London: Verso, 1993.

MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. London: Verso, 2000.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. Dossiê democracias e autoritarismos. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25, p. 11–23, 2005.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

OAKESHOTT, Michael. *On Human conduct*. Oxford: Clarendon Press, 1975.

OAKESHOTT, Michael. *The politics of faith and the politics of skepticism*. New Haven: Yale University Press, 1996.

OAKESHOTT, Michael. *El racionalismo en la política y otros ensayos*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2020.

OSTRENSKY, Eunice. Política, retórica e contingência: estudos sobre a Teoria Política moderna. São Paulo: Alameda, 2024.

PHARR, Susan; PUTNAM, Robert. *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.

RENZETTI, Claire M.; LEE, Raymond M. *Researching sensitive topics*. London: Sage, 1993.

RILEY, Jonathan. Isaiah Berlin's minimum of common moral ground. *Political Theory*, v. 41, n. 1, p. X61–89, 2012.

SCHEDLER, Andreas; Sarsfield, Rodolfo. Democrats with adjectives: linking direct and indirect measures of democratic support. *European Journal of Political Research*, v. 46, n. 5, p. 637–659, 2007.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1961.

SCRUTON, Roger. *How to be a conservative*. London: Bloomsbury Continuum, 2015.

SEN, Amartya. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SVOLIK, Milan W. Polarization versus democracy. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 3, p. 20–32, 2019.

VITA, Álvaro de. Teoria política normativa e justiça rawlsiana. *Lua Nova*, n. 102, p. 93–135, 2017.

Artigo recebido em: 30/04/2025.

Aprovado em: 19/09/2025.

Valeria Cabrera Cabrera (cabrerac@unicamp.br) é pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop/Unicamp). Doutora e Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Mariana Falcão Chaise (mchaise@unicamp.br) é pesquisadora de pós-doutorado no Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop/Unicamp). Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui graduação em Relações Internacionais também pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A adesão à democracia em xeque: as múltiplas defesas de regimes democráticos

21

Resumo. A medida predominante de apoio à democracia, derivada da teoria da Cultura Política e embasada no modelo minimalista liberal, foca na legitimidade democrática e contrasta o apoio à democracia com preferências por governos autoritários, revelando apoio à democracia – ainda que em declínio – em diversos países, incluindo o Brasil. Contudo, divergências na interpretação do termo, somadas à ausência de um arcabouço teórico robusto para essas medições, limitam o alcance dos resultados obtidos. Diante desse cenário, este artigo mapeia diferentes contextos ideológicos e intelectuais em que a democracia é defendida, explorando as diversas interpretações de seus valores e propósitos. A partir desse mapeamento, é elaborada uma “árvore morfológica” que organiza os vários significados associados à democracia em distintas tradições, contribuindo para embasar propostas futuras de mensuração mais sensíveis às múltiplas concepções democráticas presentes nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Democracia; Apoio à democracia; Ideologias políticas; Liberalismo; Conservadorismo

Democratic commitment in question: the multiple defenses of democratic regimes

Abstract. The predominant measure of support for democracy, derived from Political Culture theory and grounded in the liberal minimalist model, focuses on democratic legitimacy and contrasts support for democracy with preferences for authoritarian governments, revealing support for democracy—albeit in decline—in several countries, including Brazil. However, divergences in the interpretation of the term, combined with the absence of a robust theoretical framework for these measurements, limit

the scope of the results obtained. In light of this scenario, this article maps different ideological and intellectual contexts in which democracy is defended, exploring the diverse interpretations of its values and purposes. Based on this mapping, a “morphological tree” is developed to organize the various meanings associated with democracy in different traditions, thereby contributing to future proposals for measurement that are more sensitive to the multiple democratic conceptions present in contemporary societies.

Keywords: Democracy, Support for democracy; Political ideologies; Liberalism; Conservatism